

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Profissionalização parlamentar e financiamento de campanha: uma análise da Câmara dos Deputados (2006- 2018)

Maria Cecília Eduardo, Gabryela Gabriel, Bruno Fernando da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13394>

Submetido em: 2025-09-16

Postado em: 2025-10-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Adriano Codato (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>)

Profissionalização parlamentar e financiamento de campanha: uma análise da Câmara dos Deputados (2006- 2018)

MARIA CECÍLIA EDUARDO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8115-9993>

mceduardo9@gmail.com

Universidade Federal do Paraná/INCT ReDem. Curitiba-PR, Brasil.

GABRYELA GABRIEL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1032-2436>

gabryela.gabriel0@gmail.com

Universidade Federal do Paraná/INCT ReDem. Curitiba-PR, Brasil.

BRUNO FERNANDO DA SILVA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7652-6362>

b.fernando91@gmail.com

Universidade Federal do Paraná/INCT ReDem. Curitiba-PR, Brasil.

RESUMO: As mudanças recentes no sistema de financiamento eleitoral brasileiro, especialmente a proibição das doações empresariais em 2015 e a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) em 2017, modificaram a dinâmica de alocação de recursos nas eleições. Embora os partidos tenham assumido papel central na distribuição, persistem desigualdades no acesso às receitas de campanha. Este artigo investiga a relação entre profissionalização parlamentar e arrecadação eleitoral no Brasil, considerando os deputados federais eleitos entre 2006 e 2018 que buscaram a reeleição. Para tanto, propomos o Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP), que contempla duas dimensões: i) especialização legislativa, observada por meio da participação em espaços de poder dentro da Câmara; e ii) carreira parlamentar, medida pelo tempo de atuação, acúmulo de mandatos em diferentes níveis e escolhas de carreira subsequentes. Utilizando dados do Portal da Câmara dos Deputados e do TSE, aplicamos modelos de regressão para verificar se parlamentares mais profissionais apresentam maior capacidade de arrecadação. Os resultados indicam que a profissionalização esteve associada positivamente à receita eleitoral em ciclos anteriores, mas seu impacto diminuiu de forma significativa após 2018, quando o financiamento público passou a ser predominante. Esses achados sugerem que a expertise política deixou de ser central na lógica de distribuição de recursos partidários, apontando para uma redefinição das estratégias eleitorais no novo contexto de financiamento.

Palavras-chave: financiamento eleitoral; profissionalização política; carreiras parlamentares; reeleição; Câmara dos Deputados.

Parliamentary Professionalization and Campaign Finance: an analysis of the Chamber of Deputies (2006–2018)

ABSTRACT: Recent changes in Brazil's electoral finance system, particularly the ban on corporate donations in 2015 and the creation of the Special Campaign Finance Fund (FEFC) in 2017, have

reshaped how campaign resources are allocated. Although parties became the main actors in resource distribution, inequalities in campaign financing persist. This article examines the relationship between parliamentary professionalization and electoral fundraising in Brazil, focusing on federal deputies elected between 2006 and 2018 who ran for re-election. To measure professionalization, we propose the Parliamentary Professionalization Index (IPP), which includes two dimensions: i) legislative specialization, assessed by participation in leadership and committee positions; and ii) parliamentary career, measured through time in office, accumulated mandates at different levels, and subsequent career choices. Using data from the Chamber of Deputies and the Electoral Court, we apply regression models to test whether more professionalized deputies raise higher campaign revenues. Results show that professionalization was positively associated with campaign fundraising in earlier electoral cycles, but its impact declined substantially after 2018, when public funding became predominant. These findings suggest that political expertise is no longer decisive in parties' allocation of campaign resources, highlighting a reconfiguration of electoral strategies under the new funding system.

Keywords: campaign finance; political professionalization; parliamentary careers; re-election; Chamber of Deputies.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as mudanças recentes no sistema de financiamento, em especial a proibição das doações empresariais em 2015 e a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) em 2017, alteraram de maneira significativa o modo como os recursos circulam e são distribuídos entre os candidatos. Embora os partidos tenham assumido o protagonismo na gestão desses recursos, pesquisas têm demonstrado que as desigualdades na alocação persistem, privilegiando candidaturas com maior visibilidade, chances eleitorais ou capitais social e político acumulados (CARLOMAGNO & CODATO, 2018; MANCUSO & FIGUEIREDO FILHO, 2014; ZELINSKI et al., 2022). No entanto, a literatura ainda não avançou no sentido de relacionar diretamente o financiamento eleitoral à profissionalização política, isto é, ao processo de construção de carreiras e consolidação de trajetórias parlamentares.

Dada essa contextualização, nesta pesquisa analisamos a relação entre a profissionalização dos deputados federais brasileiros e suas receitas de campanha. Aqui, ao invés de encararmos a profissionalização parlamentar em termos de presença ou ausência, ou seja, de ser ou não um parlamentar profissional, a definimos como um processo em que determinados parlamentares, com base no acúmulo de experiência, são mais ou menos profissionais do que os seus pares. Para identificar quem são os parlamentares mais e menos profissionais, aplicamos o Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP).

O IPP é composto por duas dimensões: *i)* especialização legislativa e *ii)* carreira parlamentar. Na primeira, analisamos a presença dos parlamentares na Mesa Diretora, no Colégio de Líderes, na

presidência e na relatoria de comissões. Enquanto na dimensão de carreira parlamentar, mensuramos o tempo de atuação na Câmara dos Deputados, o acúmulo de mandatos nas Câmaras dos Vereadores e Assembleias Legislativas e a fidelidade dos parlamentares ao Congresso Nacional - essa última variável é mensurada através das escolhas de carreiras dos deputados nas eleições gerais subsequentes. Utilizamos dados do Portal da Câmara dos Deputados e do TSE.

O objeto desta pesquisa são os deputados federais brasileiros eleitos ao longo de quatro ciclos eleitorais (2006-2018) e que se candidataram à reeleição no pleito subsequente. A partir de dados sobre os aspectos sociais e políticos dessas candidaturas e dos recursos declarados pelos parlamentares na sua tentativa de reeleição, buscamos responder “qual o impacto dos diferentes graus de profissionalização parlamentar sobre a capacidade de arrecadação de receita de campanha dos incumbentes no período analisado?”.

Partimos da hipótese de que (h1) quanto maior o grau de profissionalização dos deputados federais brasileiros eleitos nesse período, maior a receita arrecadada. Para testar a hipótese e responder à pergunta de pesquisa, primeiramente mensuramos a profissionalização de cada deputado federal através do IPP. Em seguida, testamos se há associação entre as receitas totais de campanha e o grau de profissionalização dos deputados e, por fim, aplicamos modelos de regressão linear, utilizando a força do partido e o sexo dos candidatos como variáveis de controle.

Nossos resultados sugerem que a associação entre profissionalização parlamentar e a capacidade de arrecadação de recursos por parte dos deputados tem se reduzido ao longo das eleições. A partir de 2018, coincidindo com a adoção do financiamento público em larga escala no país, o impacto da *expertise* nas receitas foi significativamente reduzido, sugerindo que esse requisito não parece ser fundamental na escolha dos partidos no momento da destinação dos recursos.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, na segunda seção, apresentamos uma breve revisão da literatura sobre financiamento de campanhas e profissionalização política; na terceira, detalhamos a metodologia, incluindo fontes de dados, indicadores e procedimentos de análise empírica; na quarta seção, realizamos testes de associação e regressões lineares a fim de verificar o impacto do grau de profissionalização dos parlamentares eleitos entre 2010 e 2022 na arrecadação; na seção cinco discutimos os resultados encontrados; e, por fim, nas considerações finais, apresentamos o principal achado da pesquisa, apontamos as limitações do estudo e sugerimos agendas para investigações futuras.

DINHEIRO E ELEIÇÕES NO BRASIL

Dentro do campo de investigação da Ciência Política, o esforço para entender a relação entre dinheiro e política vem de longa data (ALEXANDER, 1989). Fato inquestionável é que se trata de uma conexão complexa que possui vários desdobramentos, pois se, de um lado, o grande fluxo de dinheiro pode propiciar esquemas de corrupção, doações ilícitas e abuso de poder, do outro, a ausência desse fluxo torna inviável a manutenção da dinâmica política como a conhecemos (NASSMACHER, 2001).

No Brasil, a literatura sobre financiamento eleitoral vem se desenvolvendo desde o começo da década de 2000 e sua importância se deve, principalmente, ao grande volume de investimento eleitoral mobilizado nos pleitos e pelo significativo desequilíbrio na distribuição de recursos entre as pessoas que competem (MANCUSO, 2015). Pesquisas que analisam as competições brasileiras apontam que (i) o acesso a recursos financeiros pode ser considerado como um dos principais fatores para explicar o sucesso eleitoral daqueles que se elegem (LEMONS, MARCELINO & PEDERIVA, 2010; MANCUSO & FIGUEIREDO FILHO, 2014; HOROCHOVSKI, et. al. 2016); (ii) as candidaturas femininas e não-brancas têm sido sistematicamente subfinanciadas nos pleitos (BARBER, 2016; EDUARDO, 2018; JANUS, BARREIRO & CINTRON, 2021; SACCHET & SPECK, 2012; CAMPOS & MACHADO, 2015) e (iii) existe uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o total de financiamento eleitoral recebido por uma candidatura e o capital político acumulado pelo competidor (ARAÚJO et al., 2015; MANCUSO & SPECK, 2015; MARCELINO, 2010).

Atualmente, o financiamento político brasileiro adota um modelo misto, no qual as doações aos partidos podem ser feitas por fontes privadas e públicas. Apesar da legalização das doações empresariais só ter acontecido no ano de 1993¹, essas já eram o recurso majoritário nas campanhas eleitorais (SPECK, 2016). Após a aprovação da Lei nº 8.713, que legaliza a arrecadação de recursos junto a empresas privadas, pode ser observado um aumento progressivo da participação dessa fonte nas receitas de campanhas políticas (CARRAZZA, 2018), tornando-as atores centrais no financiamento eleitoral e partidário. Porém, em 2015, a exposição de um grande esquema de

¹ A legalização dessas doações ocorreu após o escândalo de corrupção que levou ao impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, no caso que ficou conhecido como o “esquema PC Farias”.

corrupção, envolvendo funcionários públicos, empreiteiras e políticos², levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a considerar inconstitucional o recebimento de recursos provenientes de pessoas jurídicas por partidos políticos e candidatos.

No mesmo ano, o Congresso Nacional aumentou o valor do Fundo Partidário, que passou de R\$ 382,6 milhões, em 2014, para R\$ 896,2 milhões. Lembrando que os valores anuais dessa fonte (já deflacionados) cresceram de R\$ 9.223.890, em 1995, para mais de um bilhão de reais, em 2022³. Além disso, o parlamento aprovou em 2017, a Lei nº 13.487 que criou o Fundo Especial para o Financiamento de Campanha (FEFC), no valor de 1,7 bilhão de reais. Essas duas mudanças, dos anos de 2015 e 2017, contribuíram significativamente para a alteração do perfil do sistema de financiamento político brasileiro, fazendo com que o dinheiro público passasse a ser a principal fonte de recursos nos pleitos eleitorais⁴.

Os efeitos provocados pelo uso majoritário de recursos públicos em campanhas eleitorais não é um consenso na literatura. As críticas a essa prática destacam o risco de uma excessiva dependência dos partidos em relação ao Estado, o que pode gerar processos de cartelização e distanciamento das bases sociais (KATZ & MAIR, 2018; ZOVATTO, 2005). Em contrapartida, estudos também indicam que esse tipo de financiamento pode favorecer a inclusão de grupos sub-representados, como de mulheres, ao reduzir barreiras econômicas para sua participação, aumentar a transparência das contas eleitorais e partidárias; estabelecer teto de gastos e demais medida que visem diminuir a incidência de interesses particulares, principalmente das elites econômicas, nas dinâmicas políticas e partidárias (BALLINGTON, 2003; CIGANE & OHMAN, 2014; BRUHN, 2019; SCHAEFER, 2025).

A análise da distribuição de recursos nas eleições de 2010 e 2014 para a Câmara dos Deputados no Brasil mostrou que candidatos eleitos e reeleitos declararam o maior percentual de contribuições de pessoas jurídicas em suas campanhas (SILVA & CERVI, 2017). Da mesma forma, a comparação entre as eleições de 2014 e 2018 indicou que as estratégias de alocação de recursos de empresas e partidos políticos seguiram critérios semelhantes, baseados na chance de sucesso eleitoral (ZELINSKI et al., 2022).

² A investigação da Política Federal, que ficou conhecida como Operação Lava Jato, identificou o uso de dinheiro via caixa dois, para o financiamento de campanhas eleitorais.

³ Disponível em: [TSE 2023](#)

⁴ Nas eleições de 2014, 76% dos recursos declarados nas prestações de contas foram provenientes de empresas. Já nas eleições de 2018 e 2022, o dinheiro público foi a fonte de 76% e 87% das receitas declaradas, respectivamente.

Com o aumento da centralidade da fonte pública no financiamento eleitoral, a definição sobre a alocação dos recursos passou a seguir um padrão estabelecido pelas próprias lideranças partidárias, responsáveis por decidir em quais campanhas o dinheiro seria investido, respeitada apenas a exigência legal de destinar no mínimo 30% dos fundos públicos às candidaturas femininas⁵. As evidências de que essas lideranças adotam estratégias semelhantes entre si na distribuição, concentrando seus repasses em um número restrito de candidaturas, independentemente do grau de organização interna do partido (BOLOGNESI et al., 2020), reforçam esse argumento. Na mesma linha, estudos recentes indicam que o peso do financiamento sobre o desempenho eleitoral se intensificou após a proibição das doações empresariais (DESCHAMPS et al., 2021; REIS & EDUARDO, 2019).

Nesse sentido, Silva e Codato (2024) analisaram os impactos do financiamento exclusivamente público e da proibição de doações empresariais nas receitas de campanha para a Câmara entre 2010 e 2022. A investigação constatou uma melhora no quadro geral de distribuição de recursos apenas nas eleições de 2022, enquanto em 2018 a disputa ainda apresentava recursos altamente concentrados em poucas candidaturas. Os autores atribuem essa diminuição da desigualdade a fatores institucionais, como as cotas para grupos minorizados (gênero e raça) e o teto de gastos eleitorais, combinados com fatores partidários que levam à busca por um equilíbrio entre incentivos coletivos e seletivos na distribuição de recursos. Os dados mostraram que, embora os partidos tenham assumido o protagonismo no financiamento de campanhas, controlando cerca de 78% e 89% do total em 2018 e 2022, respectivamente, e a participação de políticos profissionais no financiamento tenha recuado em 2022 em relação a 2018, as vastas disparidades entre os candidatos ainda persistiu, com os 50% menos financiados detendo uma fração ínfima dos recursos totais. Ou seja, a centralidade dos partidos não eliminou as assimetrias na distribuição e as candidaturas consideradas profissionais seguem sendo a preferência na alocação de recursos.

Essa evidência reforça a necessidade de articular os padrões de financiamento com a discussão teórica sobre profissionalização política, uma vez que o acesso privilegiado a recursos eleitorais se conecta diretamente às trajetórias de carreira, às ocupações prévias e às estratégias de permanência na política. Em outras palavras, compreender quem são os candidatos favorecidos na distribuição de

⁵ Artigo 17 da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) n. 23.607: [TSE 2019](#)

recursos exige também analisar como se constrói o perfil do político profissional e de que maneira ele se estabelece no campo político.

PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL

A profissionalização política é o processo pelo qual a atividade política deixa de ser episódica ou secundária e passa a constituir a ocupação central, contínua e especializada na vida do agente. Em vez de políticos temporários, como os que eram recrutados com base em prestígio social e por títulos honoríficos (ELIASSEN & PEDERSEN, 1978; WEBER, [1919] 1946), surgem indivíduos cuja vida profissional está organizada em torno da política. A política passa a ser vista como uma carreira estável, com rotina de trabalho legislativo, redes duradouras e estratégias explícitas de permanência e progressão no sistema político.

Um dos grandes marcos da transformação da política em profissão foi a introdução da remuneração regular dos representantes eleitos. A remuneração permitiu que indivíduos se dedicassem integralmente ao trabalho político, sem depender de outra carreira paralela para garantir sua subsistência, e criou as bases para a formação de carreiras duradouras na política. Esse processo esteve associado à crescente burocratização dos parlamentos e à institucionalização de funções especializadas, que exigiam dedicação contínua e qualificação técnica (SQUIRE, 1988; JENSSEN, 2003). Ao mesmo tempo, o pagamento de salários e a profissionalização da estrutura legislativa ampliaram as barreiras de entrada, pois somente aqueles capazes de se manter em disputas recorrentes e acumular experiência conseguiam transformar a política em ocupação principal. Ao institucionalizar a política como ocupação remunerada e especializada, abriu-se também espaço para novas formas de competição, nas quais a disponibilidade de recursos financeiros passou a desempenhar papel decisivo na consolidação de carreiras.

No Brasil, estudos que articulam profissionalização política e financiamento de campanha são poucos explorados. Em uma análise das eleições de 2010, realizada por Cervi et al. (2015), os autores demonstram que o sucesso eleitoral está concentrado em políticos profissionais e nos grandes partidos, enquanto o financiamento de campanha segue a mesma lógica de concentração. Essa evidência sugere que o acesso a recursos não é aleatório, mas está intimamente ligado à condição de profissional da política, criando um círculo de reforço no qual profissionais bem estabelecidos atraem mais recursos, fortalecendo suas chances de reeleição e perpetuando suas carreiras.

No âmbito das Assembleias Legislativas, Carlomagno e Codato (2018) evidenciam que a experiência política prévia é um determinante central do acesso a recursos eleitorais. Ao analisar os candidatos ao cargo de deputado estadual entre 2002 e 2014, eles utilizam a classificação de profissões proposta por Codato, Costa e Massimo (2014) para categorizar a ocupação desses indivíduos em baixa, média ou alta predisposição política. Complementarmente, adicionam a categoria de mandatário, ou seja, incumbente. Seus achados revelam que indivíduos que buscavam reeleição ou que já ocuparam outros cargos eletivos (alta predisposição) apresentavam as maiores receitas de campanha. Além disso, tais vantagens tendiam a ser intensificadas a cada eleição. Os candidatos classificados como de média ou baixa predisposição, dentre eles encontravam-se aqueles sem experiência política prévia, apresentam arrecadação menor, seguindo uma hierarquia clara: quanto maior a experiência política acumulada, maior a capacidade de captar recursos financeiros.

Embora ambos relacionem, direta ou indiretamente, o financiamento ao sucesso eleitoral, ambos tratam como políticos profissionais apenas aqueles que se autodeclararam profissionais no TSE no momento da candidatura, vinculando o conceito a uma variável formal de declaração de profissão. Embora relevantes, esses trabalhos não capturam a complexidade da profissionalização, um conceito multifacetado, que pode envolver múltiplas dimensões que se combinam e que podem resultar em vantagem eleitoral.

A trajetória profissional prévia é frequentemente usada como indicador da profissionalização política porque oferece sinais concretos sobre o capital social, político e econômico que o indivíduo acumula antes de ingressar na arena eleitoral. Profissões de origem podem funcionar como trampolins, fornecendo recursos materiais, redes de contatos e legitimidade simbólica que aumentam a probabilidade de sucesso eleitoral (CAIRNEY, 2007; PERISSINOTTO & BOLOGNESI, 2010; ALLEN et al., 2020). No entanto, considerar apenas a autodeclaração de profissão limita a compreensão da profissionalização e nos impede de avaliar como diferentes dimensões do histórico político de um indivíduo afetam o acesso a recursos eleitorais. Além disso, trabalhar com a profissão autodeclarada no Brasil é um desafio devido a qualidade do dado disponível, visto que em muitos casos os parlamentares declaram duas ou mais profissões que não possuem nenhuma relação entre si, dificultando a compreensão sobre se sua experiência nessa atividade de fato colaborou com o seu processo de profissionalização (GABRIEL, 2023).

A profissionalização, portanto, deve ser entendida como um fenômeno multidimensional que vai além da simples autodeclaração de profissão ou da condição de incumbente. Ela se manifesta na acumulação de experiência, na especialização legislativa, na construção de redes e no acesso a posições

formais de influência, dimensões que podem se combinar de maneiras distintas ao longo da trajetória de cada parlamentar. Essa complexidade é particularmente relevante no contexto brasileiro, onde diferentes itinerários políticos coexistem e se sobrepõem, tornando insuficiente reduzir a análise a uma variável única. Diante disso, este estudo busca preencher essa lacuna ao adotar uma concepção mais abrangente do fenômeno, capaz de articular diferentes dimensões (carreira parlamentar e da especialização legislativa) de modo a avaliar em que medida esses elementos se traduzem em vantagens materiais no acesso ao financiamento de campanhas.

Adotamos uma estratégia quantitativa baseada em dados secundários de fontes oficiais, contemplando os deputados federais brasileiros eleitos em 2006, 2010, 2014 e 2018 e que concorreram à reeleição no pleito subsequente - logo, as receitas de campanha se referem ao período de 2010 a 2022. O desenho da pesquisa segue uma lógica em duas etapas. Em primeiro lugar, procedemos à mensuração do grau de profissionalização dos parlamentares por meio do Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP), construído e validado via Análise Fatorial Exploratória (AFE). O índice foi calculado a partir de informações extraídas da API da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seguida, analisamos o impacto do grau de profissionalização desses parlamentares sobre as receitas de campanha arrecadadas.

ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PARLAMENTAR (IPP)

O Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP) foi desenvolvido com o objetivo de mensurar, de forma multidimensional, o grau de profissionalização dos deputados federais brasileiros. O pressuposto central do índice é que a profissionalização não deve ser tratada como uma característica binária, mas como um processo cumulativo, que diferencia os parlamentares a partir de sua experiência legislativa e de sua capacidade de construir carreiras legislativas duradouras (ALLEN et al., 2020; GABRIEL, 2023; LORECENNTI, 2024). Após uma série de ajustes metodológicos e validações estatísticas, o modelo final foi estruturado em duas dimensões: especialização legislativa e carreira parlamentar (Quadro 1).

Quadro 1. Mensurando o Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP)

Variável	Peso	Fórmula	Cálculo da variável	Descrição da variável
----------	------	---------	---------------------	-----------------------

Mesa Diretora (<i>Mesa_{it}</i>)	5	$Cargo1_{iot}$	<i>Dummy</i> que assume 1 se o parlamentar ocupou cargo na MD na legislatura t, ou 0 caso contrário;	Número de cargos de presidente, vice-presidentes e secretários (titulares)
Colégio de Líderes (<i>PosiçãoLíder_{it}</i>)	4	$\sum_{b=1}^B Lider_{ibt}$	<i>Dummy</i> que assume 1 caso o parlamentar tenha assumido cargo de liderança na legislatura t, ou 0 caso contrário;	Número de postos de líder da Maioria, da Minoria, dos partidos, dos blocos parlamentares e do Governo
Presidência de Comissão (<i>PresidenciaComiss_i</i>)	3	$\sum_{c=1}^C Preside$	<i>Dummy</i> que assume 1 caso o parlamentar tenha ocupado o cargo de presidente da comissão %c\$ na legislatura t, ou 0 caso contrário;	Número de vezes que assumiu a presidência de alguma Comissão
Relatoria de Comissão (<i>ln(Relatoria)_{it}</i>)	2	$ln\ ln(PRL_{it})$	Total de PRL emitidos pelo parlamentar i na legislatura t	Número de vezes que emitiu o parecer para alguma comissão
Mandatos subnacionais (<i>Mandato_{SUBit}</i>)	1	$\sum_{e=1}^E MVER_{ie}$ $E < Inicio_t$	<i>Dummy</i> que assume valor 1 caso o parlamentar acumule mandato subnacional, considerando que a data da eleição (E) tenha sido anterior ao início da legislatura (<i>Inicio_t</i>), ou 0 caso contrário;	Número de vezes que ocupou cargos eletivos na Câmara dos Vereadores e na Assembleia Legislativa
Tempo de atuação na Câmara dos Deputados (<i>TempoAtuação</i>)		$\sum_{d=1}^{Dt} Exc_{id}$	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o parlamentar estava ativo na data d, ou 0 caso contrário, onde <i>Dt</i> é o número total de dias da legislatura t.	Tempo (em dias/anos) que atuou como deputado federal
Fidelidade ao Congresso Nacional (<i>FidelidadeGerais_{it}</i>)	1	$= \sum_{e=1}^E Conc_i$ $Inicio_t < E < Fim_t$	<i>Dummy</i> valor 1 caso o parlamentar tenha concorrido para cargos no Congresso Nacional nas eleições gerais que ocorreram após o início da legislatura t e antes do fim da legislatura t, ou 0 caso contrário;	Escolha do parlamentar ao concorrer (ou não) a um cargo na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal nas eleições gerais subsequentes

Nota: o procedimento do cálculo pode ser localizado no Apêndice I.

Fonte: elaboração própria com base em Gabriel (2023).

A primeira dimensão, denominada especialização legislativa, capta o envolvimento do parlamentar em posições de destaque dentro da estrutura da Câmara dos Deputados. Foram considerados quatro indicadores: *i.* participação na Mesa Diretora (Rincón, 2011; Lima et al., 2018), *ii.* presença no Colégio de Líderes (LIMA et al., 2018), *iii.* presidência de comissões (RINCÓN, 2011; ESCAMILLA, 2009; LIMA et al., 2018) e *iv.* relatoria de comissões (RINCÓN, 2011; ESCAMILLA, 2009). Reconhecendo que esses cargos possuem relevâncias distintas, foram atribuídos pesos hierárquicos diferentes, de modo que a presença na Mesa Diretora assume maior importância em comparação às demais variáveis. Cada ocorrência desses cargos foi contabilizada em todas as

legislaturas em que o parlamentar atuou, permitindo que o índice incorporasse a trajetória acumulada ao longo do tempo.

A segunda dimensão, carreira parlamentar, foi concebida para captar tanto a experiência acumulada antes da chegada à Câmara dos Deputados, quanto o tempo de permanência e a orientação de carreira do parlamentar. A dimensão reúne três variáveis: *i.* acúmulo de mandatos legislativos subnacionais, ou seja, cargos de vereador e deputado estadual (SAALFELD, 1997; PERISSINOTTO et al., 2017; NAVARRE, 2014; RINCÓN, 2011), *ii.* tempo de atuação na Câmara dos Deputados e a *iii.* fidelidade ao Congresso Nacional (SAALFELD, 1997; SILVA JUNIOR & FIGUEIREDO FILHO, 2012; LIMA et al., 2018). No caso do tempo de atuação, optou-se por utilizar o logaritmo natural dos dias de mandato acumulados, de modo a refletir a hipótese de retornos decrescentes da experiência: cada legislatura adicional contribui para a profissionalização, mas em proporções relativamente menores. Já a fidelidade foi avaliada com base nas escolhas de carreira nas eleições gerais subsequentes: parlamentares que concorreram à reeleição ou ao Senado receberam pontuação positiva, enquanto aqueles que buscaram cargos fora do Legislativo federal ou optaram por não concorrer não pontuaram.

O cálculo detalhado do índice pode ser analisado no Apêndice I desta pesquisa. De modo geral, em primeiro lugar, todas as variáveis foram normalizadas por legislatura utilizando a técnica do *minimax*, que ajusta os valores para uma escala entre 0 e 1, garantindo comparabilidade. Em seguida, cada variável foi ponderada de acordo com os pesos definidos para refletir sua importância relativa dentro da dimensão correspondente. Por fim, as variáveis normalizadas e ponderadas foram somadas em cada dimensão, e as duas dimensões foram combinadas em média padronizada, resultando em um índice único por parlamentar. O resultado final do IPP varia entre 0 e 1, em que valores mais próximos de 1 indicam maior grau de profissionalização parlamentar.

Esse procedimento metodológico permite capturar de maneira robusta tanto a intensidade da atuação legislativa em posições relevantes, quanto a permanência e a fidelidade à arena parlamentar federal. Ao reunir em um único índice múltiplos aspectos da trajetória dos deputados federais, o IPP fornece uma medida replicável e comparável entre legislaturas, possibilitando testar a relação entre diferentes graus de profissionalização e o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil.

DEMAIS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após o cálculo do Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP) de cada parlamentar analisado, a análise prosseguiu com a etapa de modelagem estatística. Para isso, utilizamos dados de quatro eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados (2010 a 2022), contando com informações sobre aspectos sociais e políticos das candidaturas e quanto ao volume de recursos financeiros obtidos e declarados por elas. Nossa fonte foi o Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral.⁶

Para os modelos de regressão linear estimados, as receitas de campanha foram transformadas em seus logaritmos naturais para corrigir distorções decorrentes da dispersão dos valores e reduzir a influência de casos extremos. Como todos os modelos violam o pressuposto da homocedasticidade dos resíduos, calculamos os erros robustos dos coeficientes. Além disso, os modelos foram estimados com efeitos fixos por unidade da federação a fim de controlar as variações de receitas decorrentes das especificidades de cada disputa.

Todas as estimações foram realizadas com as mesmas variáveis preditoras, sendo o IPP a de interesse. Para termos dimensão do efeito por disputa, utilizamos um termo interativo do IPP com o ano da eleição. Já como controle utilizamos o sexo do candidato e o tamanho do partido. Esse último foi mensurado pelo percentual de cadeiras obtidas pelo partido na eleição anterior para a Câmara dos Deputados.

Também realizamos análises desagregadas por fontes de financiamento. Nesse procedimento, repetimos os modelos tendo como variáveis dependentes, separadamente, as receitas provenientes de pessoas jurídicas (2010 e 2014) e de pessoas físicas. Esse recorte buscou identificar se os efeitos da profissionalização variam conforme o tipo de doador.

Por fim, conduzimos análises adicionais utilizando as duas dimensões do IPP de forma separada, com o objetivo de verificar se a especialização legislativa e a carreira parlamentar apresentam padrões distintos de associação com a variável dependente. Esse procedimento complementa a análise global e permite maior precisão na interpretação do papel de cada dimensão da profissionalização.

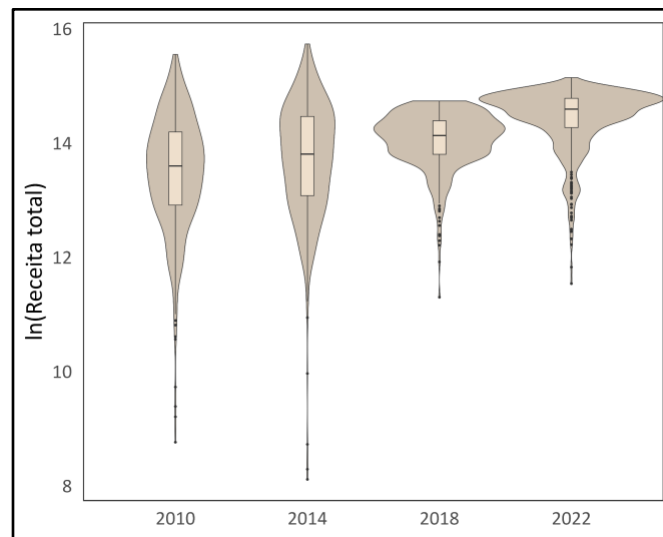
⁶ <https://dadosabertos.tse.jus.br/> Acesso em 04/09/2025.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS E PROFISSIONALIZAÇÃO PARLAMENTAR NAS ELEIÇÕES DE 2010 A 2022

Ao delimitarmos a análise a uma pequena parte do total de candidaturas – somente aquelas que ocuparam o cargo de deputado federal e concorreram na disputa seguinte – assumimos tratar de um grupo com acesso privilegiado a recursos financeiros. Afinal, a literatura especializada aponta que os incumbentes possuem acesso mais fácil às doações de campanha que seus oponentes (LEMOS, MARCELINO E PEDERIVA, 2010; MANCUSO & FIGUEIREDO FILHO, 2014). Um primeiro aspecto que devemos observar então é a distribuição de recursos entre essas pessoas.

O Gráfico 1 ilustra a dispersão dos recursos entre todas as candidaturas analisadas, por eleição. A interpretação é simples: quanto mais alongada a forma, mais heterogênea a distribuição, enquanto formas mais achatadas indicam maior homogeneidade, logo, menor variação.

GRÁFICO 1 – DISPERSÃO DE RECURSOS ENTRE AS CANDIDATURAS



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – elaboração própria.

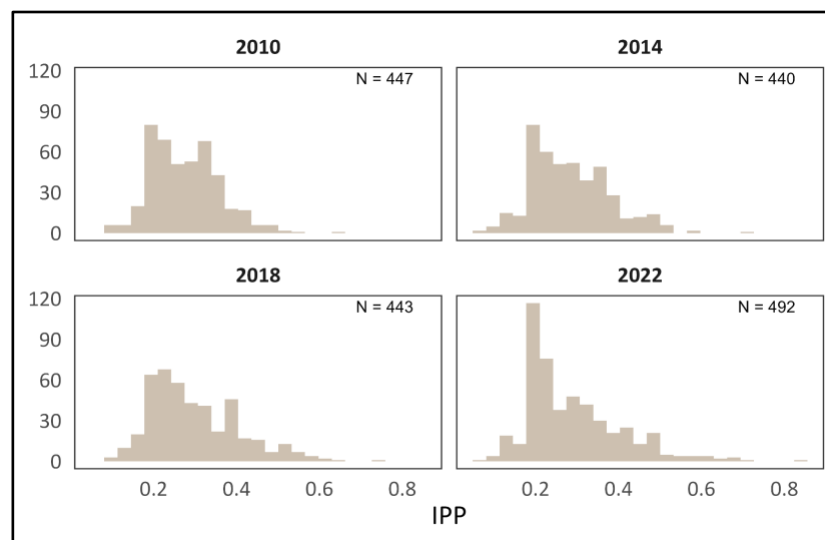
As figuras mostram uma diferença grande entre os pleitos de 2010 e 2014 com relação a 2018 e 2022. Nas duas primeiras, fica clara a disparidade de receitas entre incumbentes, havendo grande variação entre os extremos. Já nas disputas mais recentes a variação foi muito menor, o que indica que os incumbentes formaram um grupo mais homogêneo quanto à arrecadação de recursos.

Há duas razões principais que ajudam a entender essas diferenças entre eleições. A primeira é a proibição do financiamento empresarial, em 2015, e a sua substituição pelos fundos públicos,

controlados pelos partidos políticos. Ao que parece, enquanto o mercado de financiamento esteve aberto, a concorrência por recursos era maior, assim como a desigualdade (SILVA; CODATO, 2024). Uma segunda explicação é o estabelecimento de tetos nominais de gastos, também a partir do pleito de 2018. Diferentemente do período anterior, em que na prática as candidaturas poderiam receber e gastar de maneira ilimitada, o teto de gastos colocou todos sob uma mesma limitação, independentemente da unidade da federação pela qual concorrem.

O Gráfico 2 mostra o comportamento da variável “Índice de Profissionalização do Parlamentar” (IPP), por eleição.

GRÁFICO 2 – HISTOGRAMAS DO ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO PARLAMENTAR

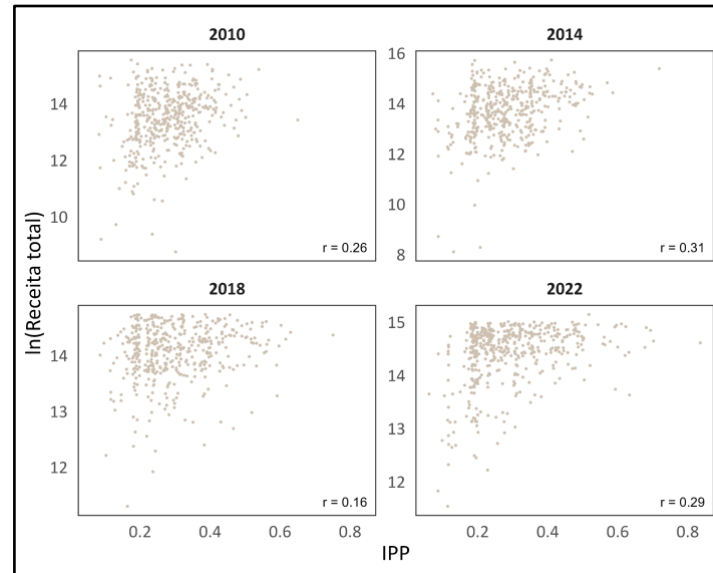


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – elaboração própria.

O grau de profissionalização dos deputados federais analisados não sofreu variações importantes entre as disputas de 2010 e 2018. É possível notar que a maior concentração de casos esteve sempre abaixo de 0,4, ainda que mais parlamentares tenham obtido melhores *scores* de profissionalização com o passar dos anos. A mediana nessas três disputas foi sempre de 0,27. Já em 2022 houve um aumento considerável de casos de deputados com baixíssima profissionalização, de até 0,2. Esse aumento decorre do aumento no número de parlamentares que buscaram a reeleição (cerca de 50 a mais que nos outros anos), já que a mediana não sofreu uma queda significativa, diminuindo em apenas um centésimo (0,26). Além disso, a eleição de 2018 ficou marcada pela maior entrada de novatos na Câmara desde 1994 (PICUSSA; SOUZA; CODATO, 2023), o que contribuiu para que a quantidade de parlamentares com pouca profissionalização tenha crescido.

O Gráfico 3 apresenta a associação entre as receitas totais de campanha e a profissionalização dos deputados federais. Se a nossa hipótese estiver correta, devemos encontrar uma relação positiva entre essas variáveis, observando um aumento das receitas quanto maior for o IPP dos candidatos.

GRÁFICO 3 – ASSOCIAÇÃO ENTRE RECEITAS E IPP



Fonte: os autores, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Os gráficos de dispersão não mostram uma linearidade entre o crescimento das receitas e da profissionalização. De fato, essas coisas parecem pouco associadas quando exploramos esse fenômeno de maneira bivariada. Pode-se identificar um volume um pouco maior de doações para quem é mais profissional, mas também conseguimos encontrar casos de candidaturas muito bem financiadas e com baixa profissionalização. O caso mais desviante que temos é o da eleição de 2018, em que as duas variáveis se distribuem de maneira bastante independente uma da outra, como fica claro pelo índice de correlação ($r = 0,16$). Não custa lembrar uma vez mais que essa foi a primeira eleição majoritariamente financiada com recursos públicos e que os partidos tiveram a prerrogativa de alocar seus fundos com grande margem de liberdade.⁷ Chama a atenção, no entanto, que a disputa seguinte retoma o padrão anterior a 2018, de associação ligeiramente maior entre as variáveis, e que houve, portanto, uma mudança de atuação dos partidos no financiamento eleitoral.

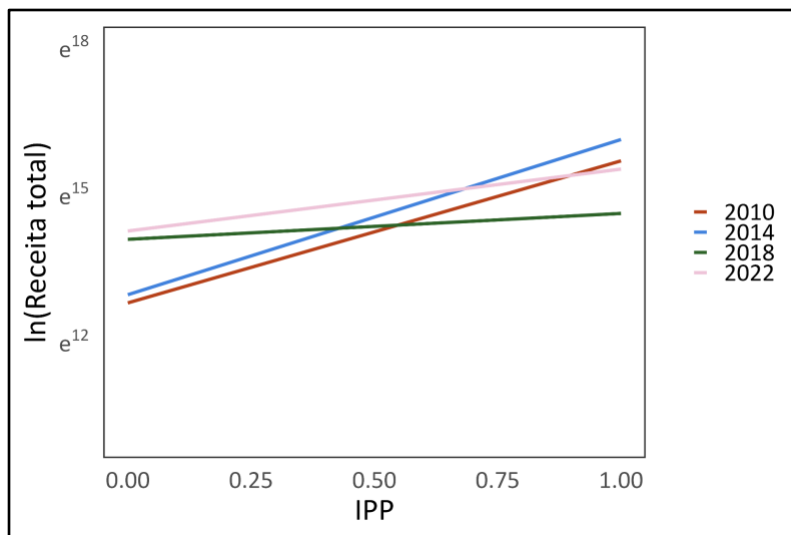
Para ter uma estimativa melhor de como se dá o impacto da profissionalização sobre as receitas, devemos, no entanto, considerar outros fatores que influenciam a capacidade de arrecadação

⁷ Em 2018, a única cota a ser observada pelos partidos era para mulheres. Ainda assim, não foram poucos os casos de desrespeito a essa norma (BARBIERI & RAMOS, 2019).

dos candidatos. Para os modelos de regressão linear a seguir utilizamos a força do partido e o sexo dos candidatos como variáveis de controle. A expectativa é de que a primeira exerça impacto positivo sobre as receitas e que candidatos homens tenham mais recursos que as mulheres. Além disso, utilizamos termos interativos para avaliar o efeito médio da profissionalização por eleição, uma vez que esperamos impactos distintos entre um pleito e outro e que precisamos considerar as mudanças institucionais ocorridas no período. Por fim, os modelos foram estimados com efeitos fixos por unidade da federação e erros robustos para contornar a violação do pressuposto de homogeneidade das variâncias. Para um melhor ajuste, as receitas foram transformadas em seus logaritmos naturais. Os coeficientes individualizados, bem como as medidas de ajuste dos modelos estão disponíveis no Apêndice II.

A seguir, o Gráfico 4 mostra os valores preditos das receitas de campanha com base na interação entre o IPP e a eleição em questão.

GRÁFICO 4 – VALORES ESTIMADOS DE RECEITA TOTAL A PARTIR DO IPP DOS CANDIDATOS



Fonte: os autores, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

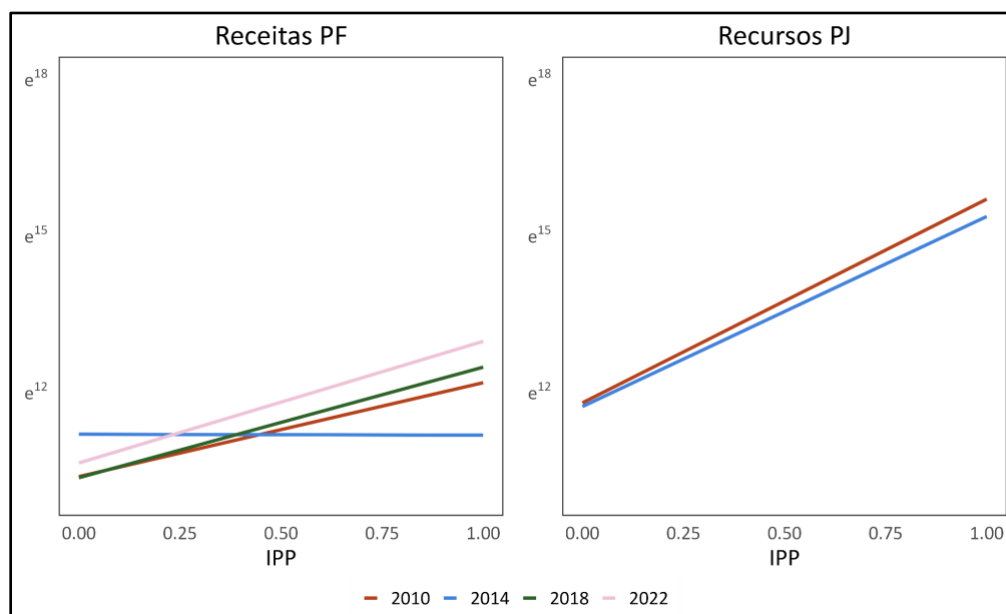
O Gráfico 4 nos dá uma dimensão de como o efeito da profissionalização variou entre as últimas quatro eleições. Linhas mais inclinadas refletem uma associação maior entre o IPP e o volume total de recursos obtidos pelas candidaturas analisadas, afinal, mostram que um maior nível de profissionalização esteve relacionado a maiores receitas. O que vemos então é que a importância da profissionalização se deu, sobretudo, nas disputas em que as empresas participaram do financiamento (2010 e 2014). Nas eleições de 2018 – a primeira após a proibição das empresas –, a relação entre essas variáveis foi praticamente de independência, ou seja, a profissionalização teve um impacto próximo

de zero nas receitas. Em 2022 o peso da profissionalização cresce em comparação com 2018, mas ainda assim com um efeito pequeno frente às disputas mais distantes.

De maneira mais substantiva, tomemos os coeficientes estimados para cada ano. Mantidas as demais variáveis constantes, em 2010, o aumento de 0,01 no IPP esteve associado a um crescimento médio de 2,9% nas receitas dos candidatos. Em um caso hipotético em que uma candidata A teve um desvio-padrão (0,08) a mais de profissionalização que a candidata B, devemos esperar que a primeira tenha recebido algo em torno de 23,2% a mais que sua adversária. Para as eleições de 2014, como sabemos, o efeito da profissionalização foi um pouco mais elevado, passando de 2,9% para 3,2%. Já em 2018 e 2022, o IPP esteve associado a um aumento médio de 0,53% e 1,3%, respectivamente.

Portanto, fica claro que havia um peso para a profissionalização parlamentar enquanto o financiamento de campanhas era feito por atores privados e que isso se alterou quando os partidos assumiram o protagonismo na alocação dos recursos. Nesse sentido, é válido isolar as fontes de financiamento para que se possa comparar o efeito que a profissionalização exerce em cada uma delas. Fazemos isso para as receitas declaradas pelos candidatos provenientes de doações de empresas e de pessoas físicas. Os modelos seguiram exatamente os procedimentos detalhados para o caso das receitas totais de campanha. O Gráfico 5 apresenta os valores preditos dos recursos obtidos junto às duas fontes.

GRÁFICO 5 – FINANCIAMENTO ESPERADO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS



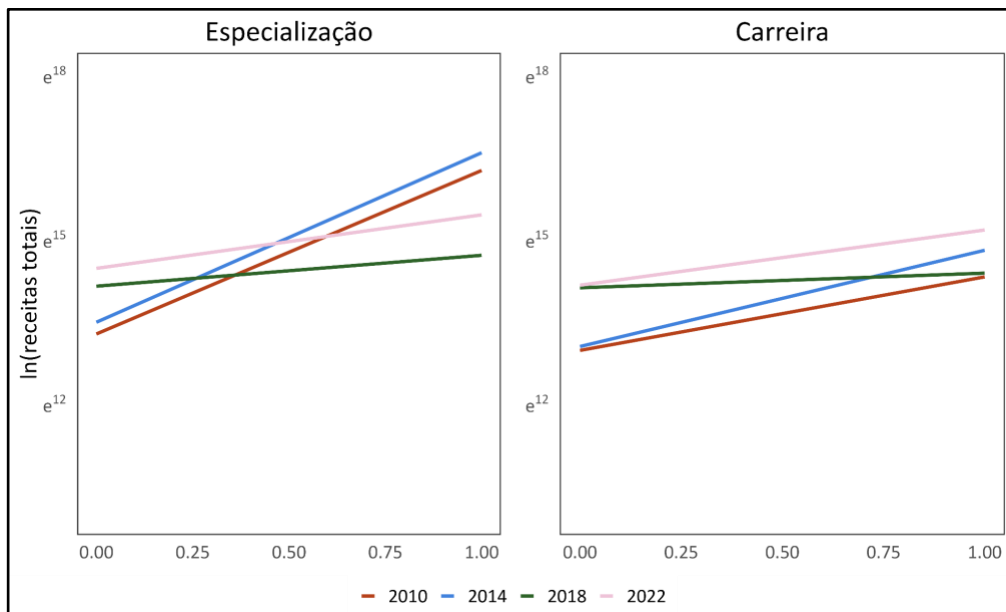
Fonte: os autores, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

De todas as combinações possíveis de fontes e eleições exploradas, somente quanto às receitas de pessoas físicas em 2014 não temos uma relação positiva entre profissionalização e financiamento. No entanto, o que mais chama a atenção é a diferença que o impacto do IPP tem sobre as doações de empresas e cidadãos: a profissionalização está muito mais associada ao volume destinado pelas primeiras. Embora não possamos atribuir causalidade aqui, fica claro que candidaturas mais profissionalizadas tinham uma grande capacidade de atrair financiamento junto às empresas, mas que o mesmo não vale quando tratamos de pessoas físicas.

Para efeito de comparação, em 2010 e 2014, o aumento de 0,01 no índice de profissionalização esteve associado, em média, a 3,9% e 3,6% mais recursos de empresas, respectivamente. A estimativa para doações de pessoas físicas foi de 1,8% em 2010 e -0,02% em 2014. Com a proibição do financiamento empresarial, houve um crescimento na associação entre doações de pessoas físicas e IPP, passando em 2018 para 2,1% e 2,3% no pleito mais recente.

Por fim, investigamos também os efeitos da profissionalização a partir do IPP decomposto, ou seja, por cada uma das dimensões que o compõem (Gráfico 6). Partimos da suspeita de que alguma dessas dimensões poderia estar mais associada à capacidade de arrecadação dos incumbentes do que a outra. Os modelos de regressão adotam os mesmos procedimentos descritos previamente e as tabelas com os coeficientes estão disponíveis no Apêndice III.

GRÁFICO 6 – VALORES PREDITOS DE ARRECADAÇÃO COM IPP DECOMPOSTO



Fonte: os autores, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Como detalhamos anteriormente, o índice de profissionalização é composto por uma dimensão que mensura a atuação do parlamentar na Câmara, por postos ocupados e proposições relacionadas, chamada de especialização legislativa. Uma segunda dimensão, da carreira, atribui pontos aos políticos pela experiência em outros cargos legislativos e tempo de permanência na Câmara. Os valores preditos de arrecadação, dispostos no Gráfico 6, sugerem que a primeira dimensão, da especialização, esteve mais associada às receitas no período de dominância das empresas no financiamento. A inclinação das retas é muito mais acentuada nesses casos. Esse resultado sugere uma preponderância da atuação interna na Câmara para a definição das doações em comparação com a carreira pregressa no legislativo. Ademais, assim como quando avaliamos o impacto do IPP, foi em 2018 que ambas as dimensões apresentaram efeito próximo de zero sobre as receitas, o que faz dessa uma eleição singular em relação às demais. Em 2022 há uma retomada da importância dessas dimensões da profissionalização, mas ainda em intensidade menor que em 2010 e 2014.

DISCUSSÃO

Os resultados trazidos por esta pesquisa ressaltam o papel da profissionalização dos parlamentares para a arrecadação de recursos em campanha. Partimos aqui da hipótese de que candidaturas mais profissionalizadas teriam acesso a um maior volume de recursos. Ancoramos essa expectativa no fato de que políticos com maior *expertise* são aqueles que conseguem manejar com maior facilidade os recursos políticos que permitem interferir em decisões importantes do parlamento e levar benefícios aos seus eleitores. Com isso, essas candidaturas se tornariam mais atraentes aos financiadores, uma vez que seriam vistos como atores importantes para defender seus interesses e, ao mesmo tempo, viáveis eleitoralmente. No entanto, nossa hipótese foi apenas parcialmente confirmada. Há nuances importantes que precisam ser levadas em consideração.

Quando tratamos de entender o total de recursos arrecadados em cada disputa, fica claro que o impacto da profissionalização, medida pelo IPP, foi maior nas eleições de 2010 e 2014. Isso evidencia uma maior suscetibilidade das empresas para os atributos políticos dos deputados federais quando doavam para as campanhas, pois eram elas as principais financiadoras das disputas. A análise do impacto do IPP para as receitas empresariais em específico fortalece essa evidência. Acreditamos que isso pode ser explicado por uma atuação mais estratégica, voltada a resultados (seja para a defesa de interesses privados ou acesso aos favoritos), desses atores empresariais (KROZNER; STRATMANN, 2005; SPECK, 2016). Não temos como aferir motivação a partir deste trabalho, mas

esse parece ser o caso desses doadores, em linha com o que se verifica em outros contextos (BARBER, 2016).

Os doadores pessoa física, em contrapartida, são minimamente afetados pelo nível de profissionalização dos deputados. Estudos mostram que os cidadãos tendem a doar motivados muito mais por razões pessoais e ideológicas do que pela chance de vitória de seus candidatos (BARBER, 2016; PONCE; SCARROW, 2011). No Brasil, carecemos de pesquisas voltadas para a motivação dos doadores, mas a baixa associação entre profissionalização e financiamento cidadão sugere que a explicação dessas doações não está no acesso dos deputados a postos-chave no parlamento ou na experiência prévia no legislativo.

Chama a atenção, entretanto, que esse grupo de doadores apresentou uma característica desviante dos demais: foram os únicos em que a profissionalização teve maior impacto sobre as receitas nas eleições de 2018 e 2022 que nas anteriores. Esse é um fenômeno que carece de uma investigação mais detida para ser compreendido, mas é possível que se deva a uma migração das doações por CNPJ para CPF. Isto é, que na impossibilidade de participar enquanto empresa, muitos interessados tenham contribuído como pessoa física, com os mesmos critérios que atuavam no período anterior.

Todavia, em regra, as eleições de 2018 e 2022 reduziram o impacto da profissionalização sobre a arrecadação. É importante lembrar que os grandes responsáveis pelo financiamento de campanhas nessas disputas foram os partidos políticos, que responderam por 76% de todo o dinheiro doado para as candidaturas à Câmara dos Deputados em 2018 e 87% em 2022 (SILVA; CODATO, 2024). Logo, essa mudança de rota deve ser vista à luz da participação dos partidos. Outro fator que interfere sobre os resultados é a mudança na norma que rege o financiamento eleitoral, que estabeleceu tetos nominais de gastos aos candidatos. O que se viu então foi uma redução de diferenças entre incumbentes (vide Gráfico 1), que agora concorrem em condições semelhantes de disputa. Nesse sentido, é esperado que os fatores que impactam as receitas desses candidatos tenham seus efeitos reduzidos.

Do ponto de vista da atuação partidária, a mitigação dos efeitos da profissionalização parlamentar sobre o financiamento pode resultar de um exacerbamento da estratégia da doação como recompensa pela chance de vitória. Se os partidos consideram que seus incumbentes são opções mais seguras e viáveis eleitoralmente, o fator profissionalização se torna menos importante no momento

de escolher quem financiar. Nesse sentido, já há evidência de que os partidos assumiram essa estratégia a partir de 2018 e optaram por estar ao lado dos seus quadros com melhor perspectiva de vitória e capital político (HOROCHOVSKI; JUNCKES; CAMARGO, 2024).

Um outro achado que trouxemos foi quanto à importância das diferentes dimensões de profissionalização. Considerando-as em separado, vemos que a especialização legislativa exerceu maior influência sobre as receitas que a carreira política nas disputas de 2010 e 2014, mas que esses efeitos se aproximaram nos pleitos seguintes, especialmente em 2022. Essa é mais uma evidência de que, aparentemente, o domínio dos partidos no financiamento beneficiou os incumbentes de maneira generalizada, reduzindo as diferenças de recursos entre eles, mesmo para aqueles indivíduos mais especializados na atividade legislativa e eleitoral. O dado interessante é que o profissionalismo dentro do parlamento era mais bem recompensado quando as doações eram controladas por atores privados. Se a contribuição financeira visa influenciar decisões políticas ou ao menos abrir um canal de diálogo com os legisladores (GROSSMAN; HELPMAN, 2002), é natural que quem já atingiu postos relevantes na Câmara seja privilegiado pelos doadores, em detrimento do tempo de permanência na casa ou em outros cargos do legislativo.

De maneira mais abrangente, o que podemos depreender dos resultados é que a mudança no mercado de financiamento impactou diretamente a arrecadação de recursos por parte dos incumbentes. Em um cenário de livre mercado, que impunha aos candidatos a necessidade de se lançar em busca de recursos privados, seus atributos legislativos eram mais bem recompensados, havendo diferenças na capacidade de arrecadação mesmo entre um grupo relativamente homogêneo, como é o de incumbentes. Quando o financiamento eleitoral foi fechado para as empresas e as candidaturas passaram a ter que recorrer aos seus partidos para ter acesso a recursos, o impacto da profissionalização foi reduzido, com benefícios generalizados a quem já possuía uma cadeira no legislativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou em que medida o grau de profissionalização parlamentar impactou a capacidade de arrecadação de receitas de campanha dos deputados federais brasileiros, em especial os incumbentes, entre 2010 e 2022. Partimos da hipótese de que candidatos mais profissionalizados

teriam maior acesso a recursos eleitorais, dado que sua experiência acumulada poderia torná-los atores mais atrativos tanto para doadores quanto para partidos políticos. Para mensurar quão profissionais eram esses parlamentares, aplicamos o Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP) para cada deputado analisado. Esta medida leva em consideração aspectos relacionados à trajetória de carreira parlamentar e à especialização legislativa de cada um deles.

A partir de testes de associação e de modelos de regressão linear, nossos resultados confirmam apenas parcialmente a hipótese levantada. O efeito da profissionalização na arrecadação de recursos foi mais evidente nas eleições de 2010 e 2014, período em que o financiamento empresarial era permitido e exercia papel central nas disputas. Nas eleições de 2018, primeira após a proibição das doações empresariais, a profissionalização apresentou impacto praticamente nulo sobre a arrecadação de recursos, e embora em 2022 seu peso tenha aumentado, o efeito permaneceu modesto quando comparado aos pleitos anteriores.

Ao decompor o IPP em suas duas dimensões (especialização legislativa e carreira parlamentar), verificamos que a primeira esteve mais associada à capacidade de arrecadação, sobretudo quando predominava o financiamento empresarial. Esse resultado indica que ocupar postos estratégicos na Câmara dos Deputados (Mesa Diretora, Colégio de Líderes, presidências e relatorias de comissões) pode ter ampliado a visibilidade institucional dos parlamentares e aumentado sua capacidade de influência nas agendas políticas. Nesse contexto, é possível que doadores privados tenham priorizado candidatos com alto grau de especialização legislativa, avaliando que esses vínculos institucionais poderiam facilitar que o interesse dessas empresas alcançasse as arenas decisórias.

A partir da mudança na regra que rege o financiamento eleitoral foi possível verificar que os incumbentes passaram a disputar as eleições em condições mais semelhantes. Esses achados sugerem que a profissionalização importa, mas sua relevância varia conforme o arranjo institucional de financiamento eleitoral. Quando o mercado de doações é aberto e competitivo, atributos individuais dos parlamentares são mais recompensados; já em um sistema em que os partidos controlam a distribuição dos recursos, os efeitos se tornam mais difusos.

Destacamos que a impossibilidade de avaliar motivações específicas de doadores ou lideranças partidárias, bem como o fato de a análise se restringir a incumbentes, grupo que já possui acesso privilegiado a recursos, é uma limitação desta pesquisa. Para pesquisas futuras, sugerimos aprofundar a análise da relação entre profissionalização e financiamento público, especialmente a partir das

estratégias de distribuição interna dos partidos, e investigar a motivação de doadores individuais em um contexto pós-proibição de doações empresariais, dado que sua dinâmica parece divergir da lógica corporativa.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Herbert E. **Comparative Political Finance in the 1980s**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ALLEN, N., MAGNI, G., SEARING, D., & WARNCKE, P. What is a career politician? Theories, concepts, and measures. **European Political Science Review**, 12(2), 1-19, 2020. <https://doi.org/10.1017/S1755773920000077>.

ARAÚJO, Victor A.; SILOTTO, Grazielle C.; CUNHA, Lucas R. Capital político e financiamento eleitoral no Brasil: uma análise empírica da estratégia das empresas na alocação de recursos de campanha. **Teoria & Sociedade**, 23, 2:126–158, 2015.

BALLINGTON, Julie. **Gender equality in political party funding**. Handbook on Funding of Political Parties and Election Campaign. Sweden: International IDEA, 2003.

BARBER, Michael; BUTLER, Daniel M.; PREECE, Jessica. Gender Inequalities in Campaign Finance. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 11, p. 219-248, 2016.

BARBIERI, Catarina H. C.; RAMOS, Luciana de O. **Democracia e Representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero: relatório final (2018-2019)**. São Paulo: FGV Direito SP, São Paulo, 2019.

BOLOGNESI, Bruno; HOROCHOVSKI, Rodrigo R. JUNCKES, Ivan J.; ROEDER, Karolina M. Como os partidos distribuem o dinheiro. Estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil. **Colombia Internacional**, 1, 104:33–62, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7440/colombiaint104.2020.02>

BRUHN, Kathleen. **Party Finance in Latin America**. **Oxford Research Encyclopedia, Politics** (oxfordre.com/politics). Oxford University Press USA, p. 1-28, 2019.

CAIRNEY, Paul. The Professionalisation of MPs: Refining the “Politics-Facilitating” Explanation. **Parliamentary Affairs** 60, no. 2 (Apr): 212–233, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1093/pa/gsm006>.

CAMPOS, Luiz A.; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARLOMAGNO, Márcio; CODATO, Adriano. Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. **Colombia Internacional**, [Online], n. 95, p. 79-107, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.04>.

CERVI, Emerson U.; COSTA, Luiz D.; CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato. Dinheiro, Profissão e Partido: A vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Sociedade e Estado** 30 (1): 189-205, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100011>.

CIGANE, Lolita; OHMAN, Magnuns. **Political Finance and Gender Equality**. Washington: International Foundation for Electoral Systems, 2014.

CODATO, Adriano, COSTA, Luiz D. e MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: Uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública** 20 (3): 346-62, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203346>.

COSTA, O. e KERROUCHE, E. MPs under the Fifth Republic: Professionalisation within a Weak Institution. **West European Politics**, 32(2), 327-344, 2009.

DESCHAMPS, Jacques P.; JUNCKES, Ivan J.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; CAMARGO, Neilor F. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, 55, 3:736–756, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200117>

EDUARDO, Maria C. Mulheres em campanha: uma análise da distribuição de recursos financeiros nos estados brasileiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014. **Guaju Revista Brasileira de Desenvolvimento territorial sustentável**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 187-208, 2018.

ELIASSEN, K.A. & PEDERSEN, M.N. Professionalization of legislatures: long-term change in political recruitment in Denmark and Norway. **Comparative Studies in Society and History**, 20(2), pp. 286-318, 1978.

ESCAMILLA, L.V. Élités parlamentarias y profesionalización legislativa en México. **El cotidiano**, (155), 69-76, 2009.

GABRIEL, G. Profissionalização política: testando um índice multidimensional para o caso dos deputados federais brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, 31, e016, 2023. <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e016>.

GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. **Special Interest Politics**. Cambridge, MA, USA: MIT Press, 2002.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; JUNCKES, Ivan J.; CAMARGO, Neilor F. Efeitos da proibição de doações empresariais nas redes de financiamento eleitoral no Brasil. **Opinião Pública**, [S. l.], v. 30, p. e30110, 2024. DOI: 10.1590/1807-0191202430110.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; JUNCKES, Ivan J.; SILVA, Edson A.; CAMARGO, Neilor F. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 28-55, 2016.

JANUSZ, Andrew; BARREIRO, Sofi-Nicole; CINTRON, Erika. Political Parties and Campaign Resource Allocation: Gender Gaps in Brazilian Elections. **Party Politics**, Newbury Park, p. 1-11, 2021.

JENSSEN, Torben K. Denmark: Professionalism in an Egalitarian Political Culture. In **The Political Class in Advanced Democracies: A Comparative Handbook**, edited by Jürgen Zeiss and Jens Borchert, 84-106. N.p.: OUP Oxford, 2003.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. **Democracy and the cartelization of political parties**. Inglaterra: Oxford University Press, 2018.

KROSZNER, Randall S.; STRATMANN, Thomas. Corporate Campaign Contributions, Repeat Giving, and the Rewards to Legislator Reputation. **The Journal of Law and Economics**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 41–71, 2005. DOI: 10.1086/429114.

LEMOS, Leany B.; MARCELINO, Daniel e PEDERIVA, João H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 366-393, 2010.

LIMA, A.F., SILVA JÚNIOR, J.A., PARANHOS, R., e MORAIS, L.R. A carreira dos desviantes: ambição política e nível de profissionalização da Câmara dos Deputados. **E-Legis** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, 11(26), 82-108, 2018.

LORENCETTI, M. **O que queremos dizer quando falamos em “profissionalização política”? Uma análise do uso do conceito em estudos sobre legisladores**. [Tese de doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política]. Repositório aberto da Universidade Federal do Paraná, 2024. <https://hdl.handle.net/1884/95428>.

MANCUSO, Wagner P. e FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. Financiamento empresarial nas campanhas para deputado federal no Brasil (2002-2010): determinantes e consequências. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 38, 2014, Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em <https://bit.ly/2TmsfPb>. Acesso em 05 maio 2020.

MANCUSO, Wagner P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MANCUSO, Wagner P.; SPECK, Bruno W. Os preferidos das empresas: um estudo de determinantes do financiamento eleitoral empresarial? in P.R.N. Costa; J.V. Pont. (org.), **Empresários, desenvolvimento, cultura e democracia**. Curitiba, Editora UFPR, 2015.

MARCELINO, D. **Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

NASSMACHER, Karl-Heinz. Comparative political finance in established democracies. In: NASSMACHER, Karl-Heinz. (ed.) **Foundations for Democracy: Approaches to Comparative Political Finance**. Baden-Baden: Nomos Verlag, 9–33, 2001.

NAVARRE, M. De la profesionalisation au désengagement: les bifurcations dans les carrières politiques des élues en France. **Politique et Sociétés**, 33(3), 79-100, 2014. <https://doi.org/10.7202/1027941ar>.

ONATE, P. The Members of the Spanish Autonomic Parliaments: Some Features of a Regional Professionalized Elite. **Pôle Sud**, 33(2), 27-46, 2010.

PERISSINOTTO, R. & BOLOGNESI, B. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002, and 2006). **Brazilian Political Science Review**, 4(1), pp. 10-32, 2010.

PERISSINOTTO, R., MASSIMO, L., & COSTA, L.D. Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, 60(1), 79-110, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017115>.

PICUSSA, Roberta; SOUZA, Renan A. De; CODATO, Adriano. Estabelecidos, outsiders e renovadores: mensurando a lealdade partidária dos deputados federais eleitos em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 41, p. e267142, 2023. DOI: 10.1590/0103-3352.2023.41.267142.

PONCE, Aldo F.; SCARROW, Susan E. Who Gives? Partisan Donations in Europe. **West European Politics**, [S. l.], v. 34, n. 5, p. 997–1020, 2011. DOI: 10.1080/01402382.2011.591085.

REIS, Bruno P. W.; EDUARDO, Felipe L. A Distância entre intenção e gesto: consequências da proibição de doações eleitorais por pessoas jurídicas nas eleições municipais de 2016. **Boletim de Análise Político-Institucional**, 21:67–76, 2019. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9851>, consultado em 07/05/2024.

RINCÓN, L. C. Profesionalización de las elites parlamentarias en Bolivia, Colombia y Perú. **Postdata**, 16(2), 223-258, 2011.

SAALFELD, T. Professionalisation of parliamentary roles in Germany: An aggregate-level analysis, 1949–94. **Journal of Legislative Studies**, 3(1), 32-54, 1997.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno W. Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, p. 177-197, 2012.

SANTOS, Natália. Gasto médio para deputado federal se eleger fica 40% maior em 2022. UOL. 14 de novembro (Política), 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/11/14/gasto-medio-para-um-deputado-federal-se-eleger-fica-40-maior-neste-ano.htm?utm>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SCHAEFER, Bruno M. Reformas do Financiamento de Campanhas como Políticas Públicas: Uma Análise de Policy Cycle. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro Vol.68 N.2, 2025: e20230071. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.2.357>

SILVA JÚNIOR, J. A. da, & FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003), **Revista de Sociologia e Política**, 20(42), 199-212, 2012.

SILVA, Bruno F. da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 23. Brasília, pp 75-110, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172303>

SILVA, Bruno F.; CODATO, Adriano. Impactos limitados do financiamento público sobre a redução da desigualdade em campanhas eleitorais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 39, 2024. DOI: 10.1590/39013/2024.

SPECK, Bruno W. Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil. **Revista de Estudos Brasileños**, Salamanca, vol. 3 (4), 2016.

SQUIRE, Peverill. Career Opportunities and Membership Stability in Legislatures. **Legislative Studies Quarterly**, v. 13, n. 1, (Feb), p. 65-82, 1998.

WEBER, M. Politics as a vocation. In: H. Garth & C. Mills (eds) **Essays in Sociology**. New York: Macmillan, pp. 26-45, 1946 [1919].

ZELINSKI, Fernando; JUNCKES, Ivan J.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R., Alocação e captura do financiamento de campanhas via o capital eleitoral de candidatos. **13º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Goiânia, 2022. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/363793088_Alocacao_e_captura_do_financiamento_de_campanhas_via_o_capital_eleitoral_de_candidatos, consultado em 07/05/2024.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287- 336, 2005.

MATERIAIS SUPLEMENTARES

APÊNDICE I

O procedimento do cálculo para mensurar o Índice de Profissionalização do Parlamentar (IPP)

Para cada parlamentar i , a variável j é observada em cada legislatura t . O valor acumulado ao longo das legislaturas é então definido como:

$$\tilde{X}_{ijt} = \sum_{t=1}^T x_{ijt},$$

onde T é o número total de legislaturas consideradas.

No caso das variáveis de contagem $Relatoria_{it}$ e $TempoAtuacao_{it}$, aplica-se previamente uma transformação logarítmica a fim de incorporar retornos decrescentes, reduzir a assimetria e mitigar o efeito de valores extremos:

$$X_{ijt} = \begin{cases} \ln(1 + \tilde{X}_{ijt}), & \text{se } j \in \{\text{Relatoria, TempoAtuacao}\}, \\ \tilde{X}_{ijt}, & \text{caso contrário.} \end{cases}$$

Na etapa seguinte, cada variável é normalizada para o intervalo $[0, 1]$ pelo método *min-max*:

$$X_{ijt}^{\text{norm}} = \frac{X_{ijt} - X_{jt}^{\text{min}}}{X_{jt}^{\text{max}} - X_{jt}^{\text{min}}},$$

e ponderada pelo peso definido no Quadro 1:

$$X_{ijt}^w = X_{ijt}^{\text{norm}} \times w_j.$$

O cálculo das dimensões

As dimensões são calculadas pela soma das variáveis ponderadas que as compõem:

$$E_{it} = \sum_{j \in E} X_{ijt}^w, \quad C_{it} = \sum_{j \in C} X_{ijt}^w,$$

onde E representa o conjunto de variáveis da dimensão de especialização legislativa e C o conjunto da dimensão de carreira parlamentar.

Após nova normalização em $[0, 1]$, o Índice de Profissionalização do Parlamentar é obtido como a média aritmética das duas dimensões:

$$IPP_{it} = \frac{E_{it}^{\text{norm}} + C_{it}^{\text{norm}}}{2}.$$

APÊNDICE II

Modelos de regressão linear - IPP

	VD: PF	VD: PJ	VD: total
Constante	10,438***	10,233***	12,414***
	(0,368)	(0,961)	(0,223)
IPP	1,799*	3,903***	2,897***
	(0,801)	(1,132)	(0,587)
Eleição 2014	0,810*	-0,072	0,167
	(0,319)	(0,447)	(0,248)
Eleição 2018	-0,022		1,297***
	(0,335)		(0,191)
Eleição 2022	0,261		1,466***
	(0,322)		(0,194)
Tamanho do partido	1,757*	4,685***	3,061***
	(0,801)	(1,260)	(0,421)
Sexo (masculino)	0,286*	0,202	-0,148**
	(0,133)	(0,237)	(0,054)
IPP * eleição 2014	-1,816+	-0,261	0,268
	(1,058)	(1,489)	(0,787)
IPP * eleição 2018	0,319		-2,369***
	(1,104)		(0,617)
IPP * eleição 2022	0,532		-1,634**
	(1,024)		(0,625)
N Obs.	1.573	733	1.741
R2	0,094	0,200	0,337
R2 Adj.	0,074	0,165	0,324
RMSE	1,51	1,54	0,70

+ p < 0,1, * p < 0,05, ** p < 0,01, *** p < 0,001

APÊNDICE III

Modelos de regressão por dimensão de profissionalização

	Dimensão especialização	Dimensão carreira
Constante	12,883*** (0,161)	12,563*** (0,254)
Dimensão	2,985*** (0,585)	1,342** (0,440)
Eleição 2014	0,214* (0,107)	0,071 (0,307)
Eleição 2018	0,872*** (0,083)	1,143*** (0,233)
Eleição 2022	1,198*** (0,085)	1,190*** (0,236)
Tamanho do partido	3,362*** (0,420)	3,031*** (0,429)
Sexo (masculino)	-0,135* (0,053)	-0,147** (0,054)
Dimensão * eleição 2014	0,109 (0,734)	0,414 (0,614)
Dimensão * eleição 2018	-2,421*** (0,606)	-1,074* (0,469)
Dimensão * eleição 2022	-2,008** (0,617)	-0,334 (0,474)

N obs.	1.741	1.741
R2	0,338	0,313
R2 Adj.	0,325	0,298
RMSE	0,70	0,72

+ p < 0,1, * p < 0,05, ** p < 0,01, *** p < 0,001

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo ainda não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), por meio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (processo nº 406649/2022-7).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Conceitualização: Maria Cecília Eduardo, Gabryela Gabriel e Bruno Fernando da Silva.

Metodologia: Gabryela Gabriel e Bruno Fernando da Silva.

Software: Bruno Fernando da Silva.

Validação: Bruno Fernando da Silva.

Curadoria de dados: Gabryela Gabriel e Bruno Fernando da Silva.

Redação – Rascunho original: Maria Cecília Eduardo, Gabryela Gabriel e Bruno Fernando da Silva.

Redação – Revisão e edição: Maria Cecília Eduardo e Gabryela Gabriel.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Maria Cecília Eduardo é doutora em Ciência Política na UFPR e pesquisadora de pós-doutorado no INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

Gabryela Gabriel é doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

Bruno Fernando da Silva é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.